

PLANO PRELIMINAR PARA FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM SANTA CATARINA / AGENDA TERRITORIAL DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (2010/2011)

1. OBJETIVO

Consolidar estratégias para a articulação territorial das ações de Educação de Jovens e Adultos, valendo-se de análise diagnóstica, definição de objetivos e de metas que subsidiem a implementação e a gestão das ações da Agenda Territorial.

2. DIRETRIZES

- Promover a articulação entre as demandas sociais e a oferta de políticas públicas.
- Estimular a constituição de redes sociais de cooperação: gestores públicos, educadores, educandos, fóruns de EJA, fóruns de Educação do campo, universidade, movimentos sociais e sindicais, entre outros.
- Estimular a integração das políticas de educação formal e não formal.
- Apoiar processos educativos que favoreçam a produção do conhecimento, sistematização e socialização das experiências, a partir da realidade local e do respeito à diversidade cultural, de gênero, geração, etnia e de ecossistemas.
- Apoiar experiências inovadoras de Educação de Jovens e Adultos no âmbito do mundo do trabalho, em especial, da economia solidária e sustentável, garantindo-se autonomia e cidadania.

3. ESTRUTURA

- Comissão Estadual de Alfabetização e EJA – dimensão de planejamento e controle social.
- Comitê Estadual de Informações sobre Alfabetização e EJA – dimensão técnica.

3.1. Instituições Participantes preliminarmente para a constituição da Agenda Territorial:

- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação/SECADI/MEC;
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação/FNDE/MEC;
- Estados – Secretarias Estaduais de Educação;
- Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos/CNAEJA;

3.1.1 Parceiros Locais

DOCUMENTO DO PLANO PRELIMINAR PARA FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM SANTA CATARINA / AGENDA TERRITORIAL DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (2010/2011) – maio de 2011. (as alterações realizadas na reunião de abril estão destacadas em amarelo)

- Secretaria Estadual de Educação (Secretaria Executiva da Comissão);
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação/UNDIME;
- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação/UNCME;
- Educadores e educandos de EJA;
- Instituições de educação profissional;
- Instituições de ensino superior;
- Movimentos sociais, fóruns (EJA, Educação do Campo, Movimento Negro, Idosos);
- Representantes da sociedade civil da área de alfabetização e de EJA.

3.1.2 Papel dos Parceiros Locais

- Colaborar com dados e informações no âmbito das ações do Comitê Estadual;
- Participar da Comissão Estadual.

4. AÇÕES DA AGENDA TERRITORIAL DE EJA

- Fomentar políticas de acesso, permanência e continuidade de escolarização, tais como alimentação e transporte aos alunos de EJA.
- Proceder à ampliação e aprofundamento de diagnóstico, buscando explicitar o perfil da EJA em SC.
- Proceder à análise dos dados, indicando e mapeando as eventuais distorções.
- Garantir espaços apropriados aos cursos de EJA.
- Fazer acompanhamento dos egressos que concluem o curso do 1º segmento para verificar o prosseguimento ou não de estudos.
- Estabelecer regime de colaboração entre os entes federados, em especial no tocante à oferta de continuidade da escolarização.
- Alfabetizar jovens com mais de 15 anos de idade, adultos e idosos.
- Implementar as Políticas Públicas para a população Quilombola.
- Implementar Políticas Públicas para Educação do Campo.
- Oferecer a Educação Profissional na EJA.
- Criar políticas de formação inicial e continuada.
- Incentivar e implementar pesquisas na EJA.
- Repensar o currículo para EJA.
- Repensar políticas de avaliação.
- Analisar materiais didáticos e de apoio disponíveis no mercado.

Metas/ Objetivos	Ações	Estratégias	Responsáveis	Prazos
<p>1. Oferecer condições de acesso, permanência e continuidade de escolarização.</p>	<p>Atender a demanda existente na zona rural, urbana (centro e periferias das cidades).</p> <p>Mapear a população não escolarizada.</p> <p>Fazer campanha de divulgação dos programas e de matrículas.</p> <p>Alfabetizar jovens com mais de 15 anos, assim como, adultos e idosos.</p> <p>Assegurar a continuidade dos estudos aos egressos do Programa Brasil/SC Alfabetizado.</p> <p>Assegurar oferta de continuidade da escolarização básica, Ensino Fundamental e Ensino Médio, nos três turnos (matutino, vespertino e noturno).</p> <p>Implantar ações de política da educação quilombola e do campo.</p> <p>Garantir nos espaços onde acontecem as aulas um ambiente de estudo e pesquisa para os educandos com mobiliários e iluminação adequados, bibliotecas e salas informatizadas.</p> <p>Fazer acompanhamento com pesquisas dos egressos que concluem o curso para verificar o prosseguimento de estudos.</p> <p>Regulamentar a oferta de EJA por meio de resolução própria.</p> <p>Garantir financiamento para a EJA nos diferentes sistemas de ensino e;</p> <p>Garantia de oferta de cursos de formação continuada profissional na continuidade da escolarização.</p>	<p>Estabelecer convênio, entre os poderes públicos: federal, estadual, municipal e empresas privadas.</p> <p>Estabelecer parcerias com TRE e Secretaria da Saúde para levantamento diagnóstico das demandas de EJA (as quais precisam ser trianguladas com outras fontes de dados, em função das bases/fontes utilizadas às vezes serem de datas diferentes)</p> <p>Regulamentar o Regime de Colaboração, articulando as redes municipais, estaduais e federais na oferta de EJA.</p> <p>Criar turmas de EJA próximas às residências dos alunos.</p> <p>Firmar parcerias entre Municípios e Estado para a garantia da continuidade dos educandos do I Segmento de nos cursos de EJA.</p> <p>Realizar acompanhamentos sistematizados nas turmas e acompanhar o prosseguimento dos educandos em cursos da EJA do Programa Brasil Alfabetizado.</p> <p>Estabelecer parceria com órgãos, instituições e entidades (EMBRAPA, EPAGRI, CIDASC e Cooperativas agrícolas), movimentos sociais (campo, Mov. Negro, Gênero)</p> <p>Estabelecer parcerias entre prefeituras municipais e FNDE/MEC.</p>	<p>Sistemas de Ensino Federal; Estadual e Municipais (Conselhos Federal, Estadual e Municipais), CEDUPs e Sistema S.</p>	

<p>Oferecer e ampliar a Educação Profissional EJA</p> <p>Implantar a Educação Profissional integrada a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA/ PROEJA/FIC.</p> <p>Estabelecer o debate sobre o mundo do trabalho na oferta de educação profissional e na EJA. Debate sobre concepções.</p>	<p>Criar/ ampliar a oferta de cursos profissionalizantes integrados à Educação Básica.</p> <p>Estabelecer quadro permanente de professores para a educação profissional/ EJA.</p> <p>Garantir pelo menos os 10% de matriculados indicados no decreto 5840/2006. Também o correspondente a 2/3 dos recursos líquidos do sistema S devem ser destinados a matrículas gratuitas.</p> <p>Os CEDUPs também devem ofertar PROEJA.</p>		
<p>Oferecer /ampliar Alimentação Escolar e transporte.</p>	<p>Seguir regulamentação dos Programas já existentes Programa Nacional de Apoio ao Transporte – PNATE e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, conforme Resolução nº 38 16 de julho de 2009 (alimentação) e Resolução nº 14, de 8 de abril de 2009 (transporte escolar).</p>	<p>Sistemas de Ensino – Estadual, Municipal e Federal (Conselhos Federais, Estaduais e Municipais</p>	
<p>Ampliar a oferta de escolarização aos jovens, adultos e idosos privados de liberdade.</p> <p>Oferecer uma educação adequada aos jovens, adultos e idosos privados de liberdade. (Diretrizes Curriculares Para a Educação em Presídios)</p>	<p>Firmar convênio entre a Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania e Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, para estabelecer Políticas Educacionais de Atendimento aos Jovens Privados de Liberdade.</p>	<p>Secretaria de Justiça e Cidadania e Segurança Pública</p>	
<p>Investir em material didático para alunos e títulos para apoio do professor e alunos em situação de privação de liberdade.</p>	<p>Criar serviços de atendimento onde houver necessidade. (situação de privação de liberdade.)</p>		
<p>Oferecer atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência, conduta típica e altas habilidades.</p> <p>Adequação do espaço físico para acesso de pessoas com deficiência física.</p>	<p>Levantar quais espaços físicos não estão adequados as normas de acessibilidade e solicitar adequação e criar serviço de atendimento especializado na EJA</p>	<p>Sistemas de Ensino</p>	

<p>2. Promover debates que viabilizem repensar /implantar as formas de organização curricular da EJA.</p>	<p>Estabelecer discussões sobre diretrizes curriculares adequadas às particularidades dos educandos de EJA, que levem em conta a diversidade e realidades locais, rompendo: com práticas de aligeiramento dos conhecimentos, superando a visão compensatória dessas práticas; com a redução do tempo e do direito à educação e favorecendo sua permanência no processo e a qualidade dessa educação.</p> <p>Reafirmar a necessidade de inclusão, no currículo, de temas que valorizem o respeito a fases da vida, compreendendoas no âmbito de suas culturas específicas e buscando a superação de conflitos geracionais.</p> <p>Organizar e incentivar propostas que visualizam a perspectiva de currículo integrado da Educação Básica à Educação profissional.</p> <p>Propiciar e garantir Espaços de atendimento aos filhos de estudantes no tempo aula.</p>	<p>Produzir e apoiar técnica e financeiramente a elaboração e publicação de materiais pedagógicos de EJA respeitadas a diversidade dos sujeitos e suas especificidades.</p> <p>Produzir e incentivar a produção de documentos norteadores da organização curricular na EJA no âmbito das redes pelos e dos professores.</p> <p>Apoiar a implementação de currículos que atendam as particularidades de EJA.</p> <p>Promover espaços de socialização de práticas pedagógicas em EJA com a participação de docentes e estudantes</p>	<p>– Estadual, Municipal e Federal, Conselhos Federais, Estaduais e Municipais, Universidades</p> <p>Secretaria de Justiça e Cidadania e Segurança Pública</p>	
<p>3. Disponibilizar e garantir material didático, de apoio e tecnologias de informação e comunicação.</p>	<p>Apoiar técnica e financeiramente a elaboração e publicação de materiais didáticos e de apoio.</p> <p>Analisar materiais disponíveis no mercado editorial.</p> <p>Comprar materiais didáticos e de apoio aos alunos.</p> <p>Garantir materiais específicos à prática docente na EJA.</p> <p>Implementar as bibliotecas escolares com acervo voltados para EJA.</p> <p>Manter o funcionamento da biblioteca em horários integral, acessível aos alunos da EJA.</p> <p>Disponibilização das Tecnologias de Informação – TICs como apoio ao ensino.</p>	<p>Oferecer formação continuada com profissionais da área de ciências da informação para acesso e socialização de materiais digitais e virtuais</p> <p>Constituir equipe interinstitucional, em âmbito estadual, para análise e parecer de materiais didáticos.</p> <p>Comprar materiais didáticos, pedagógicos.</p> <p>Realizar parcerias e convênios entre instituições que ofertam EJA e formadores de professores.</p> <p>Disponibilizar laboratórios de informática e bibliotecas com profissionais habilitados para favorecer a inclusão digital dos estudantes de EJA e o acesso a todas as mídias, tais quais, rádio, TV, vídeo etc.</p>		

4. Repensar políticas de avaliação para EJA.	Repensar os sistemas de avaliação tendo em vista a perspectiva de avaliação formativa, incorporando a dimensão de como cada sujeito se apropria dos conhecimentos para si, para sua comunidade e para a sociedade, dando relevância ao valor do conhecer e da competência de jovens, adultos e idosos para a reelaboração de novos conhecimentos. Garantir mecanismos de validar estudos e cargas horárias entre redes de ensino com modelos/perspectivas diferentes	Indicar que as propostas de EJA das redes incluam uma perspectiva de avaliação formativa. Realizar pesquisa para avaliar a efetividade e o sentido dos exames em EJA, sejam eles de base estadual ou nacional, para estabelecer política adequada de certificação dos educandos.		
5. Constituir e ampliar o quadro funcional	Criar e garantir um quadro de professores efetivos nas redes de ensino para o atendimento da EJA. Estabelecimento de critérios de classificação na EJA, nos Processo Seletivo de ACTs, valorizando a formação específica e tempo de atuação na EJA. Estimular a pesquisa entre os docentes e a participação em congressos e encontros que versem sobre a EJA. Estimular processos de formação continuada em serviço com remuneração dos docentes de EJA.	Criar quadro de carreira na EJA. Estabelecer critérios para o Processo de Seleção de ACTs. Constituir uma política de formação continuada dos professores de EJA.		
6. Formação continuada em serviço dos professores e profissionais que atuam na EJA	Oferecer formação continuada a todos os profissionais (Professores, Assistentes Técnico-pedagógicos e Especialistas, que atuam na EJA). que atuam na Educação de Jovens, Adultos e Idosos. (cursos, seminários, palestras, oficinas...)	Fazer levantamento do número de profissionais que atuam na EJA; Oferecer formação continuada nas áreas do conhecimento para professores e demais profissionais que atuam na EJA. Oferecer formação continuada para professores que atuam na EJA – nas Unidades Profissionais e de Internação Presídios, Quilombola, Casa Familiar Rural, Casa Familiar do Mar.	Sistemas de Ensino – Estadual, Municipal, Federal Secretaria de Justiça e Cidadania e Segurança Pública e Universidades	

<p>7. Estabelecer políticas de formação inicial de docentes em nível de graduação voltadas à EJA.</p>	<p>Ampliar e fomentar junto às instituições formadoras de professores o debate sobre a inclusão da EJA como objeto de estudos nas licenciaturas.</p> <p>Propor a Implantação de propostas de formação inicial em EJA no contexto dos espaços universitários, nos cursos de licenciatura e pedagogia.</p> <p>Fomentar, junto aos sistemas públicos de ensino, por meio de convênios, políticas públicas de formação de educadores de EJA</p>	<p>Articulação e diálogo entre as instituições formadoras, diferentes setores governamentais e sociedade civil, a partir do diagnóstico da EJA e formação docente.</p> <p>Desenvolver discussão ampla e aprofundada no âmbito das universidades para viabilizar a formação inicial em EJA, tomando como base documentos produzidos em: ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, ENEJAs (Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos), já em âmbito estadual o FEJASC (Fórum Educação de Jovens e Adultos de Santa Catarina), assim como, inserindo essas discussões em espaços nas instituições de ensino superior, tais como no âmbito da UFSC o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), o PRODOCENCIA (Programa de Consolidação das Licenciaturas) Programas de Extensão e outros.</p> <p>Integrar aos currículos das licenciaturas a EJA considerando dentre outros aspectos a diversidade regional/local e cultural.</p> <p>Encaminhar debate para FORUMDIR (Fórum dos Diretores das Faculdades de Educação) e ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras). FORGRAD (Fórum Brasileiro de PróReitores de Graduação).</p>	<p>Sistemas de Ensino, Universidades, Ministério da Educação, Fóruns de EJA</p>	
---	---	--	---	--

<p>8. Estabelecer políticas de formação continuada em serviço e na pósgraduação voltadas a profissionais que atuam na EJA.</p>	<p>Propor a implantação e a implementação de programas de formação continuada na Pós-Graduação</p> <p>Fomentar linha de pesquisa em EJA na pósgraduação lato sensu e stricto sensu.</p> <p>Estabelecer uma política de formação continuada em EJA em parceria com as redes de ensino.</p> <p>Realizar ações de extensão que promovam a formação continuada de docentes articuladas aos programas de pós-graduação em educação.</p>	<p>Atender a professores que trabalhem na EJA</p> <p>Ampliar políticas de formação continuada em EJA nas redes de ensino.</p> <p>Estimular liberação remunerada de carga horária para participação de cursos e pós-graduação e de formação em serviço nas redes de ensino.</p> <p>Promover formação continuada de docente em serviço.</p>	<p>Sistemas de Ensino. Ministério da Educação e Universidade</p>	
<p>9. Criar políticas de incentivo e financiamento para a pesquisa sobre Educação de Jovens e Adultos no âmbito das diversas instituições de ensino.</p>	<p>Desenvolver pesquisas com o objetivo de fortalecimento de um campo de estudos em Educação de Jovens, Adultos e Idosos em Santa Catarina, assim como da própria EJA.</p> <p>Realizar o levantamento de pesquisas que possam contribuir para o diagnóstico "A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM SANTA CATARINA".</p> <p>Realizar levantamento do estado da arte das pesquisas com foco na EJA realizadas em nível de pósgraduação, no estado de Santa Catarina.</p> <p>Desenvolver pesquisas com o objetivo de levantar a demanda por formação inicial e continuada, assim como das instituições que já oferecem essa formação.</p> <p>Produzir estudos sobre a EJA e suas diferentes dimensões (ensino, currículo, legislação, políticas públicas, financiamento..) elementos que poderão ser focados melhor a partir do levantamento das pesquisas já desenvolvidas em SC.</p> <p>Realizar estudos e discussões envolvendo diversos atores sobre conhecimentos e saberes produzidos por jovens, adultos e idosos em variados contextos não formais ao longo da experiência de vida, a fim de que possam ser reconhecidos e validados nos sistemas públicos de ensino.</p>	<p>Debater junto às universidades a necessidade de inclusão de linhas de pesquisa sobre EJA e formação de professores para a EJA nos Programas de Pesquisa e Pós graduação.</p> <p>Criar programas de incentivo e financiamento para a pesquisa na EJA (FAPESC, CNPQ, CAPES...)</p> <p>Estimular nas redes de ensino o desenvolvimento de pesquisa em EJA pelos seus docentes.</p>	<p>Pesquisador da Agenda Territorial Universidade, Sistemas de Ensino (Conselhos Federais, Estaduais e Municipais), órgãos de financiamento,</p>	